

À Comissão de Licitações

Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ

REF: Pregão Eletrônico nº 009/2025

**TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.472.805/0025-05, com sede na Av. Campo Florido, nº 705, Distrito Industrial Paulo Camilo Norte, Betim/MG, vem, por seus procuradores infrafirmados, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, nos termos do edital e da lei geral de licitações, suscitando para tanto as razões de fato e de direito abaixo, e ao final requerendo.

**1. Preâmbulo**

Trata o presente Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 009/2025, deste digno Órgão, de busca de empresas aptas ao fornecimento de ***“insumos asfálticos derivados de petróleo”*** nos termos do edital de regência.

Entretanto, o Instrumento Convocatório do certame em epígrafe, subscrito por Vossa Senhoria, salvo melhor juízo, apresentou importante equívoco, vale dizer: **a)** a exigência de licença de operação (LO) ambiental para fornecimento dos itens Cimento Asfáltico (CAP) 50/70 e CM-30.

**2. Dos Fatos e Fundamentos**

**2.1. A exigência de Licença de Operação (LO) Ambiental para fornecimento do item Cimento Asfáltico (CAP) 50/70**

Constata-se do instrumento convocatório a exigência de apresentação de Licença de Operação (LO) como requisito de habilitação, ocorre que tal exigência se mostra em evidente equívoco e afronta ao princípio da legalidade no que diz respeito aos itens que não sofrem industrialização, tais como Cimento Asfáltico (CAP) e Asfalto Diluído (ADP).

Exma. Comissão, diz-se isso porque, a Licença de Operação versa sobre os **produtos a serem produzidos, modificados, operados e/ou alterados na atividade industrial**, tais como as Emulsões

Asfálticas (RR-1C, RR-2C, RM-1C, ...) ou até mesmo o Cimento Asfáltico **quando modificado**, não sendo o presente caso.

O CAP e o ADP CM-30 são produtos **convencionais**, retirado da refinaria e entregues diretamente a Contratante, não ocorrendo sua industrialização, alteração e/ou modificação nas usinas das licitantes. Tão assim o é, que para a **comercialização** e **distribuição** de insumos asfálticos é, apenas e tão somente, necessária a autorização da Agência Nacional de Petróleo, conforme determina a Resolução nº 2 de 14/01/2005/ANP - Agência Nacional do Petróleo.

Veja-se que a Lei 6.938/81 (que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente), em seu art. 11, estabelece ao CONAMA as normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento ambiental:

Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

Neste viés, a Resolução CONAMA nº 237/97, dispõe sobre a regulamentação de aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente:

Art. 2º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

**§ 1º Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no anexo 1, parte integrante desta Resolução.**

Assim, conforme se depreende do Anexo I da Resolução nº 237/97 do CONAMA (anexa), a **distribuição de insumos asfálticos derivados de petróleo que não sejam **fabricados, industrializados e/ou processados**, independe da exigência de Licença de Operação.**

Ademais, a empresa contratada não armazenará tal produto, tão somente retirará o material na refinaria e transportá-lo-á até a Usina/Tanques do Órgão, fato que por si só afasta a exigência da licença de operação de usina própria.

Neste cenário, mostra-se desarrazoada a exigência de apresentação de Licença de Operação pelas Licitantes para o fornecimento dos itens CAP 50/70 e CM-30, o que, por derradeiro, acaba restringindo o grau de competitividade da licitação, por isso a necessária retificação do edital, retirando a exigência de apresentação da mencionada licença.

**3. Dos Requerimentos**

Em face do exposto, requer a Impugnante, o recebimento e julgamento da presente, nos moldes de praxe, com o efetivo acolhimento e deferimento dos argumentos acima lançados, para o fim de:

- α. **Retificar o edital**, de modo a retirar das exigências de qualificação técnica a apresentação de Licença de Operação (LO) Ambiental, no que diz respeito aos itens CAP 50/70 CM-30.

Pede deferimento.

Betim (MG), quarta-feira, 13 de agosto de 2025.

---

**TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**  
**Luana Oliveira da Silva**  
**Procuração nº 37.066**